

Orçamento é aprovado com acordo

O Congresso aprovou ontem, por acordo de lideranças, a proposta orçamentária da União para 1991, no valor corrigido de Cr\$ 52,6 trilhões. Em função do acordo, o relator-geral João Alves (PFL-BA) acolheu um termo aditivo, atendendo as reivindicações dos partidos de esquerda no sentido de redistribuir entre áreas de interesse social um pacto de Cr\$ 73 bilhões. No final de fevereiro, o Governo deverá prestar contas ao Legislativo da aplicação desses recursos.

Emendas paroquiais, destinadas a atender as bases eleitorais dos parlamentares, também foram excluídas do relatório final. A Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, cujas bancadas detêm importantes cargos na Comissão de Orçamento, foram os estados mais beneficiados.

Pela proposta aprovada ontem no Congresso, o orçamento da União para o próximo ano ficará distribuído da seguinte forma: 40 por cento para amortização de dívida pública, 35 por cento para manutenção e funcionamento dos órgãos públicos, 15 por cento para novos investimentos e dez por cento para o pagamento de benefícios da Previdência Social.

As modificações inseridas no momento da votação, oriundas de acordo de lideranças (ver texto abaixo), destinam mais de Cr\$ 30 bilhões para a saúde, Cr\$ 20 bilhões para assentamentos rurais, Cr\$ 20 bilhões para habitação popular e Cr\$ 3 bilhões para a área de educação. Esses recursos, que entram na proposta a título de restimação da receita global, fazem parte do pacote de Cr\$ 700 bilhões que o Governo tinha subestimado em sua previsão de receita para 1991.

A correção dos números do orçamento dá uma idéia clara sobre o ritmo da inflação. Quando a proposta foi remetida ao Congresso, em maio, totalizava apenas 8,5 trilhões. Ao ser aprovada na sessão de ontem, devidamente corrigida pela inflação de maio a dezembro deste ano, mais a estimativa para 1991 — que é de 243 por cento — já valia Cr\$ 52,6 trilhões.